



Câmara dos Deputados
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o aumento de imposto sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio)

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas, ao Ministério da Saúde, as seguintes informações:

- i. o aumento de imposto sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio).

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 11/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), aprovado pelo plenário desta Comissão, com subscrição do Deputado Jorge Solla, em reunião extraordinária do dia 31/03/2021.

Sala da Comissão, 31 de março de 2021.

Deputado Áureo Ribeiro
Presidente

Apresentação: 06/04/2021 14:29 - Mesa

RIC n.421/2021

Documento eletrônico assinado por Áureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ), através do ponto SDR_56290, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





ANEXO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 11 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o aumento de imposto sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio)

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde sobre o aumento de imposto sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio).

JUSTIFICAÇÃO

Em 26.03.2021 o Jornal o Globo1 anunciou o aumento do imposto sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio). Segundo a notícia, essa medida partiu do Ministério da Saúde. A Pasta retirou o produto da lista de isenção de taxa de importação, mas manteve a cloroquina e ivermectina.

Esse aumento do imposto sobre cilindros de oxigênio em meio ao colapso no sistema de saúde por conta do aumento de casos e mortes de Covid-19 partiu do Ministério da Saúde. A informação consta de documentos internos obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) pela agência de dados Fiquem Sabendo, aos quais O GLOBO teve acesso.

Os documentos adquiridos pelo jornal mostram, também, que, ao mesmo tempo em que tirou os cilindros do rol de beneficiados com a isenção, o Ministério da





Saúde pediu a manutenção do benefício para a importação de medicamentos comprovadamente sem eficácia contra a Covid-19, como a cloroquina, e outros sem eficácia comprovada, como a ivermectina.

Em abril de 2020, em meio à corrida pela compra de medicamentos e insumos para o tratamento de pacientes com a Covid-19, o governo havia reduzido a zero a alíquota de importação de uma série de produtos voltados ao combate e tratamento da Covid-19, entre eles os cilindros de oxigênio.

A medida tinha como objetivo facilitar a entrada de insumos necessários ao tratamento dos pacientes com a doença. A redução foi prorrogada ao longo de 2020 e tinha validade até 31 de dezembro do ano passado.

Por todo o exposto, faz-se necessário a busca de mais informações do Ministério da Saúde para que informe qual o motivo do aumento da alíquota de importação sobre os reservatórios para gases medicinais (cilindros de oxigênio) e qual a possibilidade de retorno à “alíquota zero” desses insumos?

Sala das Sessões, em 26 de março de 2021.

Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)

